



## A TECNOPOLÍTICA E ALIENAÇÃO EM MASSA DOS DADOS SENSÍVEIS: UMA ANÁLISE DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

Agilson Barbosa da Silva<sup>1</sup>, e-mail: [agilsonmj@gmail.com](mailto:agilsonmj@gmail.com)

Renelma Santos de Melo<sup>2</sup>, e-mail: [renelmamelo15@hotmail.com](mailto:renelmamelo15@hotmail.com)

Lara Livia Cardoso Costa Bringel (Orientadora)<sup>3</sup>, e-mail: [lalaliviacardoso@hotmail.com](mailto:lalaliviacardoso@hotmail.com)

Centro Universitário Tiradentes/ Direito/ Maceió, AL.

### 6.00.00.00-7 - Ciências Sociais Aplicadas

#### 6.01.00.00-1 - Direito

**RESUMO:** A *tecnopolítica* é uma nova forma de comunicação por meio de ferramentas tecnológicas, as quais são usadas para promover políticas e difundi-las rapidamente para um grande número de pessoas. São usadas, também, para elaborar gestões políticas a partir dos dados sensíveis coletados via internet e redes sociais. Essa maneira de promover política leva a uma manipulação em massa de todos que estão conectados ao mundo visual e à inteligências artificiais. O objetivo do presente trabalho é entender o fenômeno *tecnopolítica* como forma de alienação em massa e analisar como parâmetro a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), lei n. 13. 709/2018. Para o desenvolvimento do presente estudo, realizou-se uma revisão na literatura sobre a *tecnopolítica* e como influencia na alienação em massa dos dados sensíveis, assim como, análise da lei n. 13. 709/2018. Feito isto, foi compreendido o conceito de *tecnopolítica*, de alienação em massa dos dados sensíveis e a função da LGPD. Ao analisar essas informações, percebeu-se o papel da *tecnopolítica* para influenciar cidadãos, os quais estão expostos à manipulação através das redes sociais e meios eletrônicos, a tomada de decisões e julgamentos de valores, como justiça, dignidade da pessoa humana e direitos humanos. Dessa maneira, a LGPD surge para proteger os direitos fundamentais de liberdade e privacidade dos dados pessoais e sensíveis.

Palavras-chave: Tecnologia, Direito, Princípios.

**ABSTRACT:** Technopolitics is a new way of communicating through technological tools, which are used to promote policy and spread it rapidly to large numbers of people. They are also used to elaborate political management based on sensitive data collected via the internet and social networks. This way of promoting politics leads to a mass manipulation of all who are connected to the visual world and artificial intelligences. The objectives of the present work is to understand the political phenomenon as a form of mass alienation

---

<sup>1</sup> Licenciado em Filosofia (2018) – Faculdade Santo Tomás de Aquino; bacharelado em Direito – Centro Universitário Tiradentes, Alagoas.

<sup>2</sup> Bacharelada em Direito – Centro Universitário Tiradentes, Alagoas.



and to analyze as a parameter the General Data Protection Law (LGPD), law n. 13. 709/2018. For the development of the present study, a review of the

literature on technopolitics and how it influences the mass alienation of sensitive data, as well as analysis of the law n. 13. 709/2018. That done, the concept of technopolitics, mass alienation of sensitive data, and the LGPD function were understood. Analyzing this information, we realized the role of technopolitics in influencing citizens, who are exposed to manipulation through social networks and electronic media, decision making and value judgments such as justice, human dignity and human rights. In this way, LGPD arises to protect the fundamental rights of freedom and privacy of personal and sensitive data.

**Keywords:** Technology, Law, Principles.

#### **Referências/references:**

BRUNO, Fernanda (org.) *et al.* **TECNOPOLÍTICAS DA VIGILÂNCIA: perspectiva da margem.** 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

COTS, Marcio; OLIVEIRA, Ricardo. **LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS: comentada.** 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

COSTA, Mariana Monteiro da. **A ERA DA VIGILÂNCIA NO CIBERESPAÇO E OS IMPACTOS DA NOVA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO BRASIL: reflexos no direito à privacidade.** (bacharelado em Direito) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

FRAZÃO, Ana; MULHOLLAND, Caitlin (coords.) *et al.* **INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITO: ética, regulação e responsabilidade.** Nova edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.